



OS EFEITOS BIOLÓGICOS, SOCIAIS E PSICOLÓGICOS DECORRENTE DO USO INDISCRIMINADO DE PSICOATIVOS EM UNIVERSITÁRIOS

*Érica Alcione Barbieri Saldanha*¹, *Jéssica Godinho Cardoso de Azevedo*², *Robson Borges Maia*³

RESUMO: Esta pesquisa possui como objetivo a compreensão das variáveis que levam os acadêmicos a utilizarem medicamentos psicoestimulantes. Para isso será realizado uma coleta de dados através de um questionário, que será aplicado em 20 cursos da área da saúde, 10 no período matutino e 10 no noturno, em alunos que estejam cursando o último ano de sua graduação. Após a coleta de dados, será feita a tabulação dos resultados obtidos e assim verificaremos os resultados, de forma qualitativa e quantitativa.

PALAVRAS-CHAVE: Medicalização; Efeitos Biológicos; Psicoativos

1 INTRODUÇÃO

Esta iniciação científica tem como objetivo buscar compreender as variáveis que levam os acadêmicos a utilizarem medicamentos psicoestimulantes e quais são as possíveis consequências deste comportamento.

O mundo acadêmico é considerado por muitos como um ambiente de intenso estresse e cobrança, como também, um período repleto de altos e baixos que influenciam diretamente nas notas, no desenvolvimento acadêmico e na saúde física e psicológica. Decorrente disso, muitos recorrem ao uso de medicamentos, principalmente psicoativos, com o objetivo de potencializarem o desempenho na graduação, com a finalidade de aumentarem as notas, de auxiliarem na realização das provas e de melhorar a atenção e a memória.

Alguns alunos ao mostrarem um baixo desempenho na graduação são rotulados como indivíduo que apresentam alguma alteração, deficiência ou doença, ou em outro extremo, alunos com bom desempenho procuram formas de incrementar suas capacidades cognitivas, assim, utilizam medicamentos sem uma devida orientação médica. Há também aqueles que apresentam algum diagnóstico médico ou psiquiátrico e utilizam medicamentos de forma inadequada. Assim, como mostra Lopes (2013) “sofrimentos passageiros e insatisfações, decorrência natural dos revezes da existência, são rotulados como doença”. Levando os acadêmicos a procurarem formas de “curar” essas “doenças” que eles apresentam no processo de aprendizagem no meio acadêmico. Desta sorte, transtornos inseparáveis da vida acabam sendo considerados como problemas originários no próprio indivíduo e/ou orgânicos, sendo esse fenômeno definido como medicalização.

Segundo Facci *et al.* (2011) medicalização consiste na “translocação para o campo médico de problemas inerente à vida”, ou seja, os problemas de ordem coletiva, que envolvem o âmbito social e político, são vistos como se fossem originários do indivíduo e/ou de aspectos biológicos. É retirada, desta forma, a responsabilidade de sobre as costas das instâncias do poder, sendo que é dela a gênese e a continuidade desses problemas.

Confirmando o conceito apresentado de medicalização, Lopes (2013) o define como uma “invasão não autorizada do saber médico em todos os quadrantes sociais, [...] menosprezando uma gama de fatores de ordem político-pedagógica que são mais frequentes e mais significativos”.

A medicalização ainda é concebida como o processo onde os assuntos da vida social, que são complexas e envolvidas por múltiplos fatores e mergulhadas na cultura e na história, são reduzidos a um pensamento onde os problemas de ajustamento resultam de uma alteração orgânica que é vista por meio do adoecimento do indivíduo (FÓRUM SOBRE MEDICALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E DA SOCIEDADE, 2013).

É importante também salientar como foi o decorrer da história da medicalização, dentre os diversos autores iremos destacar Illich (1982) *apud* Moysés e Collares (2013), que procurou ressaltar que a ampliação e o crescimento do campo médico acabavam com as chances das pessoas de enfrentarem os sofrimentos e os danos provenientes da própria vida, como também com a morte, fazendo com que os problemas existenciais sejam vistos como doenças. Assim, a vida era medicalizada pelo campo médico, que procurava ter domínio sobre as pessoas que não eram doentes, sobre aquelas que não se podia esperar a cura de uma forma coerente e sobre aquelas que obtinham os mesmo resultados ao utilizarem remédios prescritos ou aqueles indicados por familiares mais experientes.

¹Acadêmica do Curso de Psicologia do Centro Universitário Cesumar – UNICESUMAR, Maringá – PR. PICC. ericabarbierisalanha@gmail.com

²Acadêmica do Curso de Psicologia do Centro Universitário Cesumar – UNICESUMAR, Maringá – PR. PICC. ericabarbierisalanha@gmail.com

³Professor do Curso de Psicologia do Centro Universitário Cesumar – UNICESUMAR, Maringá – PR. PICC. Rb-maia@uol.com.br



Illich (1975) ressalta que o status de saúde está se esvaindo devido ao aumento desenfreado dos “papéis de doente”. Nas sociedades as pessoas que apresentam comportamentos ou posicionamentos que fogem à normalidade são vistas como uma ameaça, enquanto aquilo que exprimem como “traços singulares” não são designados a um papel conhecido. Ao se caracterizar a anormalidade, essas pessoas são alocadas em uma categoria que é formalmente reconhecida.

Como mostra Moysés e Collares (2013), nos dias atuais a medicina conserva a expressão de ser capaz de trazer a salvação e felicidade, repetindo os mesmos passos desde quando se constituiu, mas podemos observar a sua incapacidade de realizar tal ato e isto vem se comprovando cada vez mais.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Para esta iniciação científica será utilizado questionários para quantificar e posteriormente qualificar os dados obtidos, os questionários serão aplicados em estudantes que estão cursando o último ano do curso de graduação.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Espera-se com este estudo conhecer de que forma o estudante dos últimos anos de graduação age em relação a pressão de finalizar a graduação e dar conta dos estágios, se a pressão pode ocasionar o uso de psicoativos para melhorar desempenho ou até mesmo controlar a ansiedade de estar finalizando um curso superior.

REFERÊNCIAS

FACCI, M. G. D.; MEIRA, M. E. M.; TULESKI, S. C. **A exclusão dos “incluídos”**. Maringá: Eduem, 2011.

FÓRUM SOBRE MEDICALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E DA SOCIEDADE, 1., 2013, São Paulo. **Recomendações de práticas não medicalizantes para profissionais e serviços de educação e saúde**. São Paulo. 1ª Edição Revista, Junho 2013. 76 p.

ILLICH, Ivan . **A expropriação da saúde: nêmesis da medicina**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975. 164p.

LOPES, Luiz Fernando. **Medicalização de crianças com queixa escolar e o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF): uma análise crítica**. 2013. 114 pg. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MOYSÉS, M. A. A.; COLLARES, C. A. L. Controle e medicalização da infância. **DESIDADES Revista Eletrônica de Divulgação Científica**, Universidade Federal do Rio de Janeiro, a. 1, n. 1, pg. 11-21, dez. 2013.